CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 1596/88 - apenso 0579/87 (REAUTUADO EM 16/03/90)

Interessada: Prefeitura Municipal de Taubaté (Escola Municipal de Música, Artes Plásticas e Cênicas "Maestro Fêgo Camargo.")

Assunto : Consulta sobre autorização de funcionamento da Habilitação Profissional em Artes Plásticas.

Relatora : Cons^a Maria Clara Paes Tobo

Parecer CEE nº 710/90 - Aprovado em 22/8/90

Conselho Pleno

1 - HISTÓRICO

1.1 A direção da Escola Municipal de Música, Artes Plásticas e Cênicas "Maestro Fêgo Camargo", situada na Avenida Tiradentes nº 202, em Taubaté, através do Ofício nº 11/90, solicita ao CEE manifestação no que segue:

a) a autorização para o funcionamento da Habilitação Profissional Plena em Artes Plásticas está implícita no Parecer nº 1291/88?

b) a Escola deve aguardar a tramitação normal do Processo CEE 1596/88 (apenso CEE 0579/88) para anexar as "demais exigências determinadas pela Deliberação CEE nº 26/86" esclarecendo em que parte não foi atendida a referida Deliberação?

c) a documentação, uma vez correta, deve levar a autorização para a instalação e o funcionamento do Curso Supletivo QP-IV - Habilitação Profissional Plena em Artes Plásticas, junto à referida Escola?

1.2 A Diretora da Escola esclarece em sua consulta que (fls. 171 e 172):

1.2.1 em 24/11/88, a direção solicitou ao CEE, a instituição da Habilitação Profissional Plena em Artes Plásticas, em nível de 2º grau, anelando toda a documentação julgada necessária para subsidiar sua implantação na queda de estabelecimento de ensino;

1.2.2 o resultado foi a aprovação do Parecer CEE 1291/88 aprovado em 21/12/88, e que deu origem à Deliberação CEE nº 32/88 que instituiu no sistema de ensino do Estado de São Paulo, a Habilitação Profissional Plena em Artes Plásticas, em nível de ensino de 2º grau;

1.2.3 a referida Deliberação homologada por Resolução do Sr. Secretário de Estado da Educação de 13/01, publicada no D.O. de 14/01/89;

1.2.4 a Conclusão do Parecer CEE 1291/88 dispõe que: "Após a homologação da Deliberação acima, autoriza-se a Escola Municipal de Música, Artes Plásticas e Cênicas "Maestro Fêgo Camargo", mantida pela Prefeitura Municipal de Taubaté, Estado de São Paulo, a implantar a referida Habilitação Profissional, desde que seguidas as demais exigências determinadas pela Deliberação CEE 25/86";

1.2.5 a Escola foi criada por Lei Municipal, nº 1046/67, enquadrando-se no sistema estadual de ensino, com a apro-

vação de seu Regimento Escolar e a autorização para a instalação e funcionamento do curso Supletivo QP-IV_Habilitação Profissional Plena de Música - Instrumento e Canto, através do Parecer CEE nº 813/87 e, através do Parecer CEE nº 71/88, foi autorizado o funcionamento da Habilitação Profissional Plena de Ator.

1.3 A Sra. Supervisora de Ensino da Unidade Escolar informa que:

1.3.1 acompanhou a instalação dos Cursos supletivos QP-IV de Música e de Ator e, estes se encontram funcionando normalmente;

1.3.2 por ocasião da instalação do Curso de Artes Plásticas, participou, da Comissão de Vistoria dos equipamentos e instalações, sendo favorável ao seu funcionamento;

1.3.3 a Escola havia anexado ao processo, o Relatório de Vistoria, 3 vias do Plano de Curso, Regimento Escolar, alteração do Regimento Escolar, quando solicitou a instituição da referida habilitação.

1.3.4 entende estar a Escola autorizada a colocar em funcionamento o Curso Supletivo QP-IV, Habilitação Profissional Plena de Artes Plásticas, conforme Parecer CEE 1291/88.

1.4 A Sra. Delegada de Ensino acolheu a informação da Supervisora de Ensino e encaminhou os autos ao CEE.

2 - APRECIÇÃO

2.1 Cuida o expediente de consulta sobre a autorização de Curso Supletivo Qualificação Profissional IV - Habilitação Profissional Plena em Artes Plásticas e Cênicas na Escola Municipal de Música, Artes Plásticas e Cênicas - "Maestro Fêgo Camargo", situada na Av. Tiradentes nº 202, em Taubaté.

2.2 O processo, por ocasião da autorização inicial (Par. CEE 813/87), foi instruído de acordo com as exigências legais, não permitiu, entretanto, a autorização para funcionamento de Curso Supletivo - Qualificação Profissional IV - Habilitação Profissional Plena em Artes Plásticas, em nível de 2º grau, porque esta Habilitação não estava instituída formalmente no sistema estadual de ensino e dependia de estudos do CEE, o que aconteceu, através do Parecer CEE nº 1291/88, aprovado em 21/1288, que deu origem a Deliberação CEE nº 32/88.

2.3 Considerando que:

2.3.1 por ocasião o pedido de autorização para instalação e funcionamento da Escola de Música e Artes Plásticas "Maestro Fêgo Camargo", com o Curso Supletivo - Qualificação Profissional IV - Habilitação Profissional Plena em Música; Instrumento e Canto, foi elaborado o "Relatório" em conformidade com a Deliberação CEE 26/86;

2.3.2 o Parecer emitido pela Comissão de Supervisores de Ensino foi favorável a solicitação formulada, tendo o CEE concedido a autorização solicitada através do Parecer CEE 813/87;

2.3.3 a Escola possui Regimento Escolar aprovado através do mesmo Parecer CEE, com posteriores alterações aprovadas conforme Parecer CEE 1816/87;

Entendo que o CEE poderá considerar autorizados a instalação e funcionamento do Curso Supletivo de Qualificação IV-Habilitação Profissional Plena em Artes Plásticas junto a Escola Municipal de Música, Artes Plástica e Cênicas "Maestro Fêgo Camargo"; em Taubaté, nos termos do Parecer CEE 1291, cabendo, entretanto, a aprovação do Plano de Curso apresentado.

3- Conclusão

3-1 Consideram-se autorizados, nos termos do Parecer CEE 1291/88, a instalação e funcionamento do Curso Supletivo de Qualificação Profissional IV - Habilitação Profissional Plena em Artes Plásticas junto à Escola Municipal de Música, Artes Plásticas e Cênicas "Maestro Fêgo Camargo", em Taubaté.

3-2 Aprova-se o Plano de Curso da referida Habilitação, restituindo-se, à entidade, cópias devidamente rubricadas.

São Paulo, CEE, aos 18 de junho de 1990

a) Cons^a Maria Clara Paes Tobo

Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de agosto de 1990.

a) Cons^o João Gualberto de Carvalho Meneses

Presidente